

A escrita epistolar de Manuel dos Passos de Oliveira Telles: Edição semidiplomática e análise semântico-enunciativa

The epistolary writing of Manuel dos Passos de Oliveira Telles: Semi-diplomatic Edition and Semantic-enunciative Analysis

Renata Ferreira Costa

Universidade Federal de Sergipe
(UFS) | São Cristóvão | SE | BR
renataferreiracosta@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-4263-4955>

Resumo: Partindo do acervo documental em grande parte inédito do intelectual sergipano Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), pioneiro nos estudos sobre a cultura e a identidade sergipana, este artigo apresenta a edição semidiplomática de duas cartas escritas em 1922 e propõe uma leitura orientada pelos pressupostos da Semântica da Enunciação. A edição filológica conservadora das cartas constitui a base empírica do estudo, desenvolvido à luz do modelo enunciativo desenvolvido por Eduardo Guimarães, que compreende o sentido como efeito do acontecimento da enunciação em espaços historicamente situados. Dirigidas ao almirante Amintas Jorge e ao jornalista Silva Viana, as cartas permitem observar os modos de agenciamento do locutor em diferentes posições enunciativas, em função da cena epistolar e dos regimes de circulação do discurso. A investigação evidencia procedimentos de articulação, reescrituração e designação por meio dos quais se constroem valores éticos, julgamentos morais e efeitos de sentido relativos à posição do locutor no discurso. Os resultados demonstram que a escrita epistolar de Oliveira Telles se configura como um espaço de elaboração ética e disputa simbólica, contribuindo para a compreensão de como sua posição enunciativa se manifesta e se constrói na circulação do discurso, assim como para o funcionamento enunciativo do português escrito no início do século XX.

Palavras-chave: filologia textual; edição semidiplomática; semântica da enunciação; escrita epistolar; Oliveira Telles.



Abstract: Drawing on the largely unpublished documentary collection of the Sergipe intellectual Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859–1935), a pioneer in the study of Sergipe culture and identity, this article presents a semi-diplomatic edition of two letters written in 1922 and offers a reading guided by the principles of Enunciation Semantics. The conservative philological edition of the letters constitutes the empirical basis of the study, developed in light of the enunciative model formulated by Eduardo Guimarães, which understands meaning as the effect of the enunciation event in historically situated spaces. Addressed to Admiral Amintas Jorge and journalist Silva Viana, the letters allow observation of the ways in which the speaker is agenced into speaking from different enunciative positions, depending on the epistolary scene and the regimes of discourse circulation. The investigation highlights procedures of articulation, re-writing, and designation through which ethical values, moral judgments, and meaning effects related to the speaker’s position in the discourse are constructed. The results show that Oliveira Telles’ epistolary writing constitutes a space for ethical elaboration and symbolic contestation, contributing to the understanding of how his enunciative position is manifested and constructed in the circulation of discourse, as well as of the enunciative functioning of written Portuguese in the early twentieth century.

Keywords: textual philology; semi-diplomatic edition; enunciation semantics; epistolary writing; Oliveira Telles.

1 Introdução

O intelectual sergipano Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), natural de São Cristóvão, ocupa lugar de destaque na história das letras e do pensamento social de Sergipe, constituindo uma das figuras centrais da cultura local na transição entre os séculos XIX e XX. Magistrado, escritor e homem de letras, latinista e professor de grego (Costa; Barbosa, 2024), sua trajetória evidencia a articulação entre o rigor profissional e o engajamento intelectual, permitindo compreender o ambiente cultural e social em que viveu. Essa inserção múltipla em diferentes campos de atuação – jurídico, pedagógico, literário, historiográfico e jornalístico – não se reflete apenas em sua produção intelectual, mas também nos modos de dizer que emergem de seus escritos, especialmente na correspondência pessoal, espaço privilegiado de observação do funcionamento enunciativo da língua em contexto.

Entre suas obras impressas destaca-se *Sergipenses* (1903), que busca delinear os traços da identidade cultural e histórica do povo sergipano. Contudo, o legado documental do autor ultrapassa a produção publicada e se estende a um conjunto expressivo de manuscritos, em sua maioria sob a custódia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Esse acervo, composto por correspondências, ensaios, poemas, contos, novelas, romances e discursos, testemunha não apenas reflexões sobre a sociedade e a cultura locais, mas também práticas de escrita e de interlocução que podem ser compreendidas como acontecimentos de enunciação, nos quais o sentido se produz pelo funcionamento da língua em condições históricas específicas (Guimarães, 2002).

A epistolografia de Oliveira Telles, em particular, oferece material relevante para a compreensão das redes de interlocução e dos modos de construção de sentidos que sustentaram sua produção intelectual. Entre os manuscritos preservados, encontra-se a obra literária *Cartas Íntimas e Literárias*, que reúne “cinquenta e quatro cartas ativas datadas entre 1886 e 1915” (Costa; Barbosa, 2024, p. 97), além de cópias de cartas enviadas a amigos e intelectuais de sua convivência. Dentre esse conjunto, duas cartas escritas em 1922, dirigidas ao almirante da Marinha Amintas Jorge e ao jornalista Silva Viana, seu genro, destacam-se pela densidade discursiva e pela complexidade dos efeitos de sentido que produzem, na medida em que evidenciam diferentes lugares de enunciação e distintas formas de agenciamento do locutor.

Nessas correspondências, entrelaçam-se dimensões pessoais, intelectuais e históricas, revelando modos específicos de construção de si e de interpretação da vida social sergipana. O que se observa não é uma simples alternância entre registros linguísticos, mas a circulação do sentido no acontecimento da enunciação, em que o locutor é agenciado a dizer segundo posições distribuídas na cena enunciativa, conforme o alocutário e o espaço social em que o dizer circula (Guimarães, 2018). Como sintetiza Souza (2019, p. 88), para Guimarães “o sentido é produzido enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação”, o que implica deslocar a análise da intenção do sujeito para o funcionamento da língua e para as relações entre os elementos linguísticos. Nessa perspectiva, o sujeito não é centro da enunciação, mas efeito de um processo de agenciamento social, histórico e político (Guimarães, 2002).

O *corpus* apresenta, desse modo, um duplo interesse. Do ponto de vista filológico, impõe-se a necessidade de restituir o texto à circulação por meio de uma edição criteriosa, que respeite suas características linguísticas e sua historicidade. Do ponto de vista linguístico-discursivo, as cartas permitem descrever o acontecimento enunciativo e investigar os modos de agenciamento do sujeito, a articulação de memórias discursivas e a produção de sentidos.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma edição semidiplomática das duas cartas de 1922 e desenvolver uma análise fundamentada nos pressupostos da Semântica da Enunciação. A edição filológica conservadora das cartas constitui a base empírica do estudo, permitindo acessar o dizer do autor em sua materialidade documental e observar os modos de agenciamento do locutor em diferentes posições enunciativas, em função da cena epistolar e dos regimes de circulação do discurso. Orientada pelo modelo enunciativo de Eduardo (1995; 2002; 2009; 2011; 2018; 2023), a análise compreende o sentido como efeito do acontecimento da enunciação em espaços historicamente situados.

Ao articular o gesto editorial à interpretação semântico-enunciativa, o trabalho evidencia como a escrita epistolar de Oliveira Telles constitui um espaço de elaboração ética e disputa simbólica, por meio de procedimentos de articulação, reescrituração e designação, contribuindo para a compreensão de como sua posição enunciativa se manifesta e se constrói na circulação do discurso, assim como para o funcionamento enunciativo do português escrito no início do século XX.

2 O *corpus* epistolar de Oliveira Telles

A escrita epistolar constitui uma das manifestações mais antigas e reveladoras da cultura escrita. Nascida da necessidade de registrar e perpetuar a comunicação à distância, a carta é, conforme destaca Chartier (2007, p. 9), um modo de resistência à “fatalidade da perda” e ao “medo do esquecimento”, articulando, no plano material e simbólico, memória individual e memória coletiva. Ao mesmo tempo técnica e prática sociocultural, a escrita epistolar é espaço de expressão, de registro e de interação, sendo, nas palavras de Coulmas (2014, p. 35), uma forma de escrita que “tanto individualiza quanto socializa” os sujeitos.

A correspondência de Manuel dos Passos de Oliveira Telles, sob a guarda do IHGSE, constitui um conjunto documental de dimensões modestas, mas de grande valor histórico e linguístico. Não há, em seu acervo, um número considerável de correspondências: restaram guardadas apenas quatro cópias manuscritas de cartas ativas, isto é, enviadas por Oliveira Telles a três interlocutores diferentes. Além dessas, encontra-se um volume inédito, de caráter autobiográfico, intitulado *Cartas Íntimas e Literárias*, no qual o autor reuniu cópias de outras correspondências enviadas, recriando literariamente o universo epistolar e atribuindo-lhe feição estética e afetiva, como se buscasse recriar, pela ficção, um espaço de interlocução que o tempo fragmentou.

O *corpus* analisado, composto por duas cartas manuscritas datadas de 1922 e endereçadas a Amintas Jorge e Silva Viana, inscreve-se em um regime de escrita no qual a carta funciona como acontecimento de linguagem e prática de sociabilidade. Nessas correspondências, o dizer se organiza em função da cena enunciativa e do agenciamento dos lugares de dizer aí constituídos, fazendo da escrita um espaço de posicionamento discursivo.

Do ponto de vista da Semântica da Enunciação, a carta não é apenas um suporte material de comunicação, mas um acontecimento de linguagem, no qual o sentido se produz pela relação entre o funcionamento da língua, as posições do locutor e do alocutário e as condições sócio-históricas da enunciação. Conforme Guimarães (2002, p. 11), “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua”, o que implica considerar que cada carta instaura uma cena enunciativa singular, historicamente situada. Nessa perspectiva, o *corpus* epistolar em análise deve ser compreendido como espaço de agenciamento enunciativo, no qual o sujeito não se apresenta como origem soberana do dizer, mas como aquele que “é agenciado a dizer, porque sua enunciação é constituída pelas formas da língua social e historicamente dadas”, como destaca Souza (2019, p. 90), ao referir-se às concepções de Guimarães. Assim, o valor documental das cartas articula-se ao seu valor semântico, uma vez que nelas se observam modos historicamente determinados de dizer e de significar.

A carta, como observa Haroche-Bouzinac (2016, p. 11), é “uma conversa com um ausente”, construída para reduzir as distâncias e manter vivos os vínculos entre os interlocutores. No contexto da semântica enunciativa, essa caracterização pode ser compreendida como efeito do funcionamento da cena enunciativa, na qual se instituem lugares de dizer e de endereçamento. Nela, está em causa a constituição enunciativa dos lugares de locução e alocução, o que permite compreender o que Muhana (2000) denomina de “pacto epistolar”: um acordo que se fundamenta na regularidade discursiva que sustenta a circulação do dizer e projeta a expectativa de continuidade e de resposta, pressupondo reciprocidade, continuidade e o direito, ou dever, de resposta.

A epistolografia de Oliveira Telles inscreve-se nesse entrecruzamento de esferas e revela-se como um espaço privilegiado de construção discursiva do sujeito, que, contudo, não preexiste ao dizer, mas se constitui no próprio acontecimento da enunciação, a partir das posições enunciativas que se organizam na cena epistolar. Suas cartas não apenas fazem funcionar o lugar do intelectual erudito, atento às discussões sobre identidade e cultura regional, mas também o lugar de um falante implicado em redes de sociabilidade.

A oscilação entre formas associadas ao registro culto e marcas de coloquialidade não se apresenta, assim, como simples alternância estilística, mas como efeito do agenciamento enunciativo, pelo qual diferentes posições de dizer se articulam em função do alocutário, do tema e da cena de enunciação. Nesse movimento, articulam-se dois polos de sua formação cultural: a tradição humanista de matriz oitocentista e a inscrição histórica e social do dizer sergipano, que mobiliza formas vinculadas ao cotidiano e à cultura local.

É precisamente esse funcionamento enunciativo que confere às cartas um valor simultaneamente documental e linguístico. Enquanto documentos, elas registram não apenas fatos ou relações, mas modos de dizer que configuram os circuitos intelectuais sergipanos e as formas de interlocução entre escritores, professores, juristas, jornalistas e homens públicos do período. Enquanto textos, constituem um espaço de observação da produção de sentidos em contexto, no qual a variação lexical e discursiva se articula às condições históricas e sociais da enunciação. Nesse sentido, as cartas configuram-se, conforme observa Brito (2018, p. 43), como um “testemunho ímpar da autenticidade das relações pessoais, culturais e sociais de uma época ou de um autor”, não por refletirem uma realidade pré-discursiva, mas por construírem, no próprio acontecimento da linguagem, as relações e os sentidos que lhes dão forma.

A carta pessoal configura-se como um gênero discursivo situado na interseção entre diferentes esferas de uso da linguagem, articulando dimensões privadas e públicas do dizer. Essa configuração resulta do funcionamento da cena enunciativa, na qual se distribuem lugares de dizer historicamente determinados, produzindo efeitos de proximidade, implicação e circulação social da palavra.

É precisamente essa configuração enunciativa que justifica o interesse filológico pelas cartas, uma vez que, além de materializarem modos históricos de dizer, elas preservam marcas fundamentais do acontecimento da enunciação, como a posição do locutor, os efeitos de agenciamento, a relação com o interlocutor e a cena de circulação do discurso, que permitem reconstruir as dinâmicas enunciativas e compreender trajetórias intelectuais no próprio processo de enunciar.

As cartas selecionadas para este estudo pertencem à categoria das cartas de amizade, conforme classificação proposta por Leite (2009), por envolverem sujeitos que partilham o mesmo universo intelectual e afetivo. Tal categoria, como observa Silva (2002, p. 59), caracteriza-se por “alimentar um convívio social e afetivo”, configurando uma cena enunciativa marcada pela cumplicidade e pela proximidade histórica. É nesse espaço relacional que a enunciação de Oliveira Telles se constitui, com o locutor ocupando uma posição de dizer orientada pela familiaridade e pela memória partilhada.

Ao adotar como base empírica de análise a edição semidiplomática, o presente estudo busca respeitar o estado de língua das cartas, bem como as idiosincrasias gráficas e escriturais próprias do período. Essa opção metodológica não se limita à garantia da fidedignidade documental, mas se mostra fundamental para a análise enunciativa, na medida em que preserva os indícios linguísticos que permitem observar o funcionamento da cena enunciativa e os modos de agenciamento do sujeito no acontecimento histórico da escrita. Assim, a edição torna-se condição para a observação de aspectos relevantes da história da língua portuguesa em Sergipe e das práticas de escrita vigentes nas primeiras décadas do século XX.

3 Procedimentos de edição semidiplomática

A edição de textos manuscritos de natureza pessoal, como as cartas, exige uma metodologia que concilie o respeito ao estado de língua do texto com a necessidade de torná-lo legível e acessível ao público contemporâneo. Por estado de língua compreendem-se as formas de escrita historicamente situadas que estruturam o texto, incluindo a disposição gráfica, as grafias vigentes no período, as rasuras, as abreviações, a pontuação e as escolhas ortográficas próprias da época e do escrevente. A preservação dessas características não constitui um detalhe formal, mas um princípio teórico-metodológico fundamental, na medida em que permite situar o texto em sua sincronia de produção, evitando anacronismos interpretativos e assegurando que a leitura considere as condições históricas, sociais e enunciativas em que o ato de escrita se realizou.

Nesse sentido, a edição filológica não se reduz a um procedimento técnico de transcrição, mas se afirma como um gesto interpretativo que produz conhecimento sobre a língua, os sujeitos e as práticas culturais de um determinado tempo histórico. Conforme observa Spina (1994), editar um texto implica reconhecer sua condição de documento histórico-linguístico, no qual se inscrevem tanto as normas da língua quanto as escolhas singulares do escrevente, indissociáveis das circunstâncias de produção e circulação do escrito.

É a partir dessa concepção que se adota, neste trabalho, a edição semidiplomática, modalidade que busca preservar a fisionomia linguística e material do manuscrito, intervindo apenas quando indispensável à compreensão do texto (Spina, 1994; Cambraia, 2005). Tal opção metodológica decorre do entendimento de que a fidelidade ao documento não se opõe à inteligibilidade, mas constitui sua condição, uma vez que é na materialidade gráfica e linguística do texto que se manifestam os indícios do funcionamento histórico da língua.

O trabalho do editor filólogo consiste, assim, em estabelecer o texto sem apagar as marcas que o situam no tempo, na cultura letrada e nas práticas sociais de escrita. A edição filológica é sempre um exercício de mediação entre o documento e o leitor, no qual o editor assume a responsabilidade de tornar o texto acessível sem descaracterizar sua historicidade. A edição semidiplomática configura-se, desse modo, como um ponto de equilíbrio entre a preservação do original e a possibilidade de leitura e interpretação.

Complementando essa perspectiva, Cambraia (2005) destaca que a edição de documentos manuscritos deve estar orientada não apenas pela fidelidade ao texto-base, mas também por critérios de transparência editorial, que tornem explícitas as intervenções realizadas e permitam ao leitor reconstruir criticamente o percurso do editor. Nesse mesmo horizonte, Toledo Neto (2020) observa que, no âmbito das edições consideradas fidedignas, a transcrição

semidiplomática tem se consolidado como procedimento preferencial, sobretudo quando o público-alvo é formado por pesquisadores da língua, que necessitam de acesso confiável ao texto, sem, necessariamente, recorrer ao manuscrito original.

Como base nesses pressupostos, adotaram-se neste estudo procedimentos de transcrição adaptados das “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do Português Brasileiro” (Cabraia et al., 2005), os quais garantem rigor filológico e coerência metodológica. Entre esses procedimentos, destacam-se:

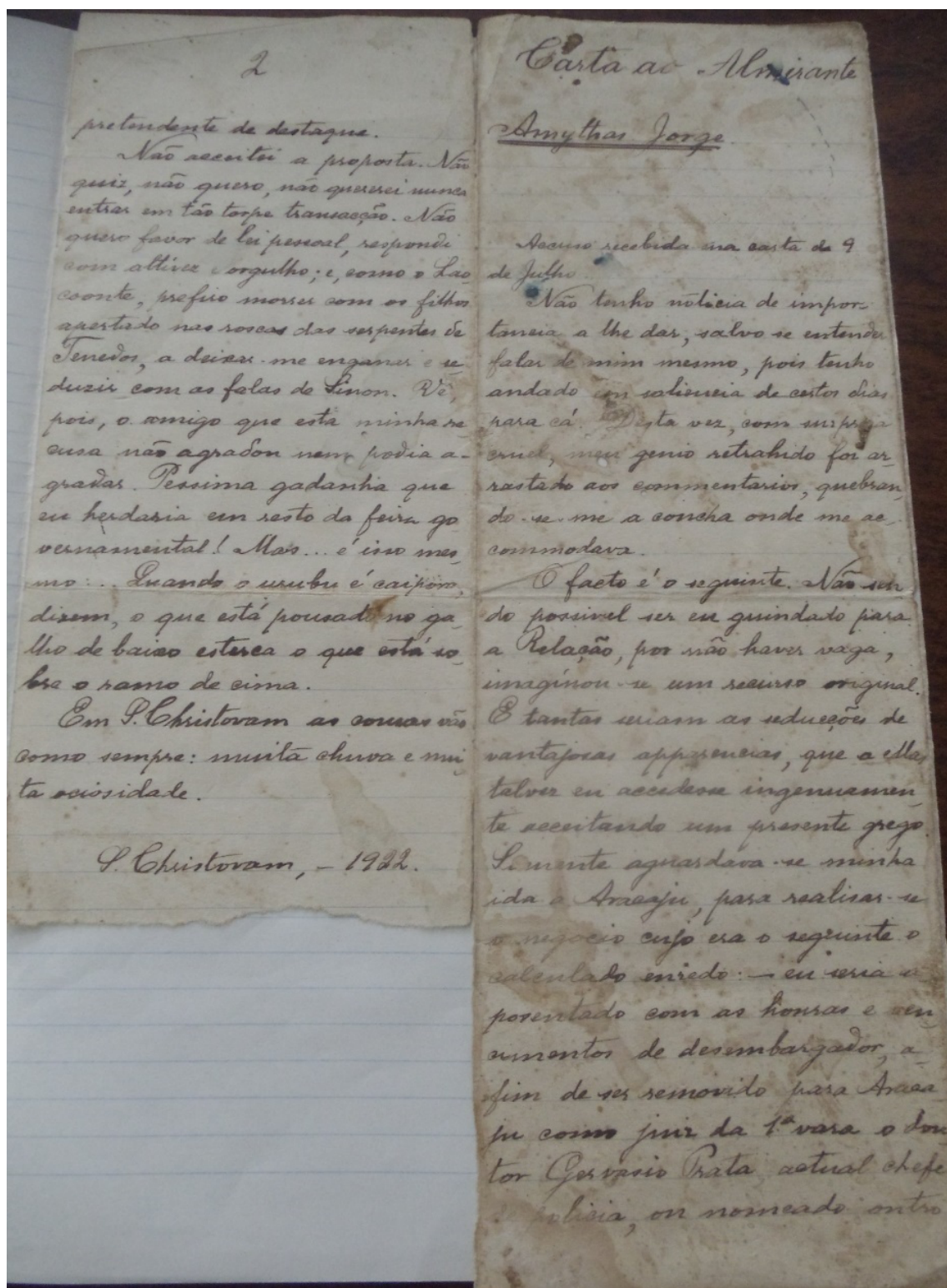
- (1) **Preservação da grafia e da pontuação da época:** Mantiveram-se as grafias originais, inclusive variantes ortográficas ou etimologizantes em contextos não coincidentes com o uso atual, bem como a ausência ou flutuação de acentuação gráfica;
- (2) **Desenvolvimento de abreviaturas:** Foram expandidas as abreviaturas e siglas, indicadas em itálico;
- (3) **Pontuação e maiúsculas:** Respeitou-se a pontuação original, inclusive o uso livre de vírgulas e pontos, assim como a oscilação no emprego de maiúsculas;
- (4) **Inserções:** Inserções do autor obedeceram aos seguintes critérios: (a) Se na entrelinha do documento original, entraram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: <>; <↑>, se na entrelinha superior; <↓>, se na entrelinha inferior;
- (5) **Intervenções do editor:** Quando ocorreram, as intervenções do editor vieram entre colchetes [];
- (6) **Divisão de linhas e mudança de fôlio:** A divisão das linhas do documento original foi preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas |. Em todo o documento, a mudança de fôlio recebeu a marcação com respectivo número entre colchetes: [fol. 1v.] [fol. 2r.] [fol. 2v.];
- (7) **Anotações críticas¹:** Foram inseridas notas explicativas para esclarecer referências históricas, culturais e linguísticas, bem como para comentar variantes formais e léxicas de interesse filológico.

As duas cartas editadas integram o Fundo Oliveira Telles, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Embora se configurem como textos de caráter pessoal, tratam-se de documentos densamente atravessados por reflexões morais, políticas e sociais, que iluminam não apenas a trajetória intelectual de Manuel dos Passos de Oliveira Telles, mas também práticas discursivas e valores em circulação no espaço público sergipano das primeiras décadas do século XX.

A primeira carta, endereçada ao almirante Amintas Jorge, apresenta um tom indignado e reflexivo, no qual se delineia uma postura ética marcada pela recusa explícita a práticas de favorecimento político. Logo após a imagem vem a transcrição da mesma.

¹ As anotações críticas, localizadas em notas de rodapé nas edições, foram suprimidas neste artigo por uma questão estrutural.

Figura 1 – Fac-símile da carta a Amintas Jorge (São Cristóvão, 1922)



Fonte: Fundo Oliveira Telles, Cx. 190, Doc. 14, Vol. 1. Fotografia por Renata Ferreira Costa, 2015.

Carta ao Almirante

Amythas Jorge

Accuso recebida na carta de 9 | de Julho.

Não tenho noticia de impor- | tancia a lhe dar, salvo se entender | falar de mim mesmo, pois
5 tenho | andado em saliencia de certos dias | para cá. Desta vez, com surpresa | cruel, meu gênio
retrahido foi ar- | rastado aos commentarios, quebran- | do-se-me a concha onde me ac- |
commodava.

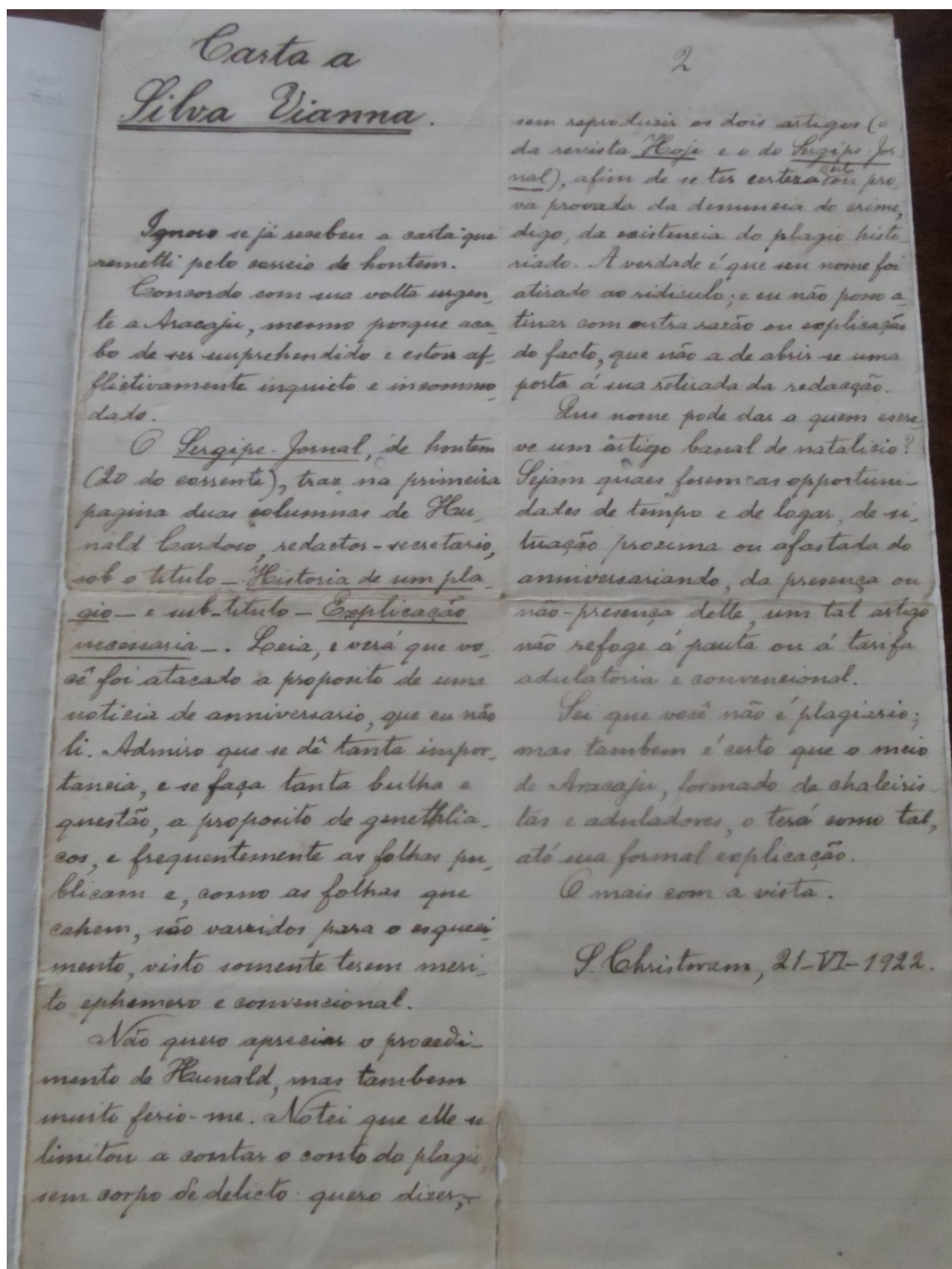
O facto é o seguinte. Não sen- | do possivel ser eu guindado para | a Relação, por não haver vaga,
| imaginou-se um recurso original. E tantas seriam as seduções de | vantajosas apparencias, que
10 a ellas | talvez eu accedesse ingenuamen- | te aceitando um presente grego. S[o]mente
aguardava-se minha | ida a Aracaju, para realizar-se | o negocio cujo era o seguinte o | calculado
enredo: __ eu seria a- | posentado com as honras e ven- | cimentos de desembargador, a- | fim de
ser removido para Araca- | ju como juiz da *primeira* vara o dou- | tor Gervasio Prata, actual chefe
| de policia, ou nomeado outro [fol. 1v.] pretendente de destaque.

15 Não aceitei a proposta. Não | quiz, não quero, não quererei nunca | entrar em tão torpe
transacção. Não | quero favor de lei pessoal, respondi | com altivez e orgulho; e, como o Lao- |
coonte, prefiro morrer com os filhos apertado nas roscas das serpentes de | Tenedos, a deixar-me
enganar e se- | duzir com as falas de Linon. Vê, | pois, o amigo que esta minha re- | cusa não
agradou nem podia a- | gradar. Pessima gadanha que | eu herdaria em resto da feira go- |
20 vernamental! Mas... é isso mes- | mo... Quando o urubu é caipora, | dizem, o que está pousado no
ga- | lho de baixo esterca o que está so- | bre o ramo de cima.

Em São Christovam, _1922.

A outra carta, dirigida ao jornalista Silva Viana, seu genro, evidencia um registro mais próximo e solidário, articulado à crítica do funcionamento da imprensa e à problematização pública da acusação de plágio feita ao alocutário, logo em seguida a transcrição.

Figura 2 – Fac-símile da carta a Silva Viana (1922)



Fonte: Fundo Oliveira Telles, Cx. 190, Doc. 13, Vol. 1. Fotografia por Renata Ferreira Costa, 2015.

Carta a | Silva Vianna.

Ignoro se já recebeu a carta que | remetti pelo correio de hontem. | Concordo com sua
volta urgen-| te a Aracaju, mesmo porque aca-| bo de ser surpreendido e estou af-| flictivamente
inquieto e incommo-| dado.

5 O Sergipe-Jornal, de hontem | (20 do corrente), traz na primeira | pagina duas columnas de Hu-
nald Cardoso, redactor-secretario, | sob o titulo _ Historia de um pla-| gio _ e sub-titulo _
Explicação | necessaria _ . Leia, e verá que vo-| cê foi atacado a proposito de uma | noticia de
anniversario, que eu não | li. Admiro que se dê tanta impor-| tancia, e se faça tanta bulha e |
questão, a proposito de genethlia-| cos, e frequentemente as folhas pu-| blicam e, como as folhas
10 que cahem, são varridas para o esqueci-| mento, visto somente terem meri-| to efêmero e
convencional.

Não quero apreciar o procedi-| mento de Hunald, mas tambem | muito ferio-me. Notei que elle
se | limitou a contar o conto do plagio | sem corpo de delicto: quero dizer, [fol. 2r.] sem
reproduzir os dois artigos (o | da revisa Hoje e o do Sergipe-Jor-| nal), afim de se ter certeza
15 <↑certa> oupro-| va provada da denuncia do crime, | digo, da existencia do plagio histo-| riado.
A verdade é que seu nome foi | atirado ao ridiculo; e eu não posso a-| tinar com outra razão ou
explicação | do facto, que não a de abrir-se uma porta á sua retirada da redacção.

Que nome pode dar a quem escre-| ve um artigo banal de natalicio? | Sejam quaes forem as
opportuni-| dades de tempo e de logar, de si-| tuação proxima ou afastada do anniversariando, da
20 presença ou | não-presença dele, um tal artigo | não refoge á pauta ou á tarifa | adulatoria e
convencional.

Sei que você não é plagiario; | mas tambem é certo que o meio | de Aracaju, formado de
chaleiris-| tas e aduladores, o terá como tal, | até sua formal explicação.

O mais com a vista.

25

São Christovam, 21-VI-1922.

A apresentação dessas cartas em edição semidiplomática configura-se como parte constitutiva do labor filológico e de sua contribuição para os estudos linguísticos. Ao preservar o estado de língua, as escolhas gráficas e a disposição textual dos manuscritos, a edição filologicamente controlada torna possível o acesso a dados linguísticos historicamente situados, indispensáveis à descrição e à compreensão do funcionamento da língua em sincronias passadas.

Com esse *corpus* assim constituído, o capítulo seguinte se dedica à análise semântica de orientação enunciativa, descrevendo o funcionamento dos sentidos no acontecimento da enunciação. A leitura analítica incide sobre o agenciamento das posições de dizer mobilizadas nas cartas, examinando como se organizam relações de interlocução, efeitos de autoridade e de integridade discursiva, bem como modos de expressividade produzidos pelas cenas enunciativas.

4 Análise semântico-enunciativa das cartas de Oliveira Telles

A análise das cartas de Oliveira Telles fundamenta-se na concepção de sentido como efeito do acontecimento da enunciação, no qual escolhas lexicais, formas sintáticas e procedimentos discursivos se articulam às condições históricas e sociais do dizer. Nessa perspectiva, a enunciação não é concebida como ato individual, mas como acontecimento de linguagem, uma vez que, como formula Guimarães (1995, p. 70, grifos do autor), a enunciação é “um *acontecimento* de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso”.

Essa abordagem teórica implica compreender que o sentido não reside nas palavras tomadas como unidades abstratas, mas se produz no próprio acontecimento do dizer, isto é, na relação singular entre língua, sujeito e história. As formas linguísticas, embora pertençam a uma memória discursiva compartilhada, atualizam-se de modo não repetível a cada enunciação, produzindo efeitos específicos de sentido. Como afirma Guimarães (2002; 2018), é no acontecimento enunciativo que o sentido se constitui, e não na língua concebida como sistema fechado.

Nesse cenário, a escrita epistolar apresenta-se como um espaço privilegiado para a análise do agenciamento enunciativo, na medida em que torna visível a inscrição do locutor em um espaço de enunciação historicamente determinado. A carta não apenas se orienta para um destinatário enunciativamente construído, mas organiza o dizer de modo a produzir efeitos de responsabilidade, autoridade e tomada de posição.

No *corpus* analisado, composto por cartas de 1922 dirigidas a destinatários distintos, percebe-se que o mesmo locutor se reinscreve em acontecimentos enunciativos diversos, mobilizando procedimentos recorrentes para estabilizar valores como honra, integridade, legitimidade do dizer e justiça moral.

A noção de agenciamento, conforme formulada por Guimarães, é central para compreender os modos pelos quais Oliveira Telles se autoriza a falar, acusar, denunciar, defender ou julgar no interior do discurso. Para o autor, o agenciamento diz respeito às formas pelas quais o sujeito se inscreve no acontecimento da enunciação, ocupando posições enunciativas determinadas pelas relações entre língua, sociedade e história, e assumindo, nesse processo, responsabilidades discursivas. Nessa perspectiva, o sujeito não preexiste ao dizer, mas se constitui nele, uma vez que, para que “o Locutor (L)”, se represente “como responsável pelo dizer” (Guimarães, 2009, p. 50), “é preciso que ele seja agenciado por um lugar social de locutor” (Guimarães, 2011, p. 23).

Nas cartas analisadas, o agenciamento produz efeitos de autoridade moral e intelectual ao permitir que o locutor se apresente como instância legítima de avaliação e julgamento. Ao assumir posições como a de testemunha, denunciante ou vítima de práticas socialmente condenáveis, como o plágio ou a corrupção, Oliveira Telles constrói um dizer eticamente orientado, no qual a legitimidade de sua fala decorre menos de uma intenção individual do que do modo como se articula às formações discursivas e aos valores que circulam no espaço público. Assim, o agenciamento opera como princípio organizador do dizer, sustentando os efeitos de sentido de denúncia, acusação e responsabilização que atravessam o *corpus*.

A análise orienta-se também pela descrição dos procedimentos de articulação, compreendidos como o modo pelo qual os elementos linguísticos se relacionam semanticamente a partir do agenciamento enunciativo. Tais relações não decorrem apenas de “uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do

Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala” (Guimarães, 2009, p. 51). Essas articulações produzem aproximações, oposições e hierarquizações semânticas que estruturam o dizer. No *corpus*, observa-se uma convivência tensionada entre registros vinculados à tradição letrada e jurídica e expressões avaliativas de caráter mais coloquial, cujo efeito constitui um funcionamento enunciativo que constrói autoridade, desqualifica o discurso adversário e orienta a leitura dos fatos narrados.

Associados a esse funcionamento, os processos de reescrituração permitem compreender como certos dizeres se retomam, se reformulam e se reiteram (Guimarães, 2002) ao longo das cartas, produzindo uma relativa estabilidade de sentido. A repetição de termos e expressões ligados ao campo moral e jurídico contribui para a sedimentação de valores como culpa, crime, injustiça e honra, configurando uma memória discursiva que sustenta a argumentação do locutor.

Por fim, a noção de designação é mobilizada para analisar como o discurso constrói simbolicamente o real, atribuindo sentidos historicamente marcados. Para Guimarães (2019, p. 97), “a designação de uma palavra, tal como vimos considerando, é uma relação da linguagem com o existente. É por esta relação que o que existe toma sentido”. Ao designar práticas como “plágio” ou “corrupção”, Oliveira Telles não apenas descreve acontecimentos, mas produz uma leitura moral e política desses fatos, orientando seu julgamento e sua circulação no espaço público.

4.1 A carta ao almirante: ética e metáforas do heroísmo trágico

Na “Carta ao Almirante”, endereçada a Amintas Jorge, Oliveira Telles constrói uma cena epistolar de forte teor ético, na qual o relato de um episódio de corrupção é transfigurado em metáfora moral. A ética que se produz nesse dizer decorre do modo como o acontecimento enunciativo instaura uma temporalidade própria, pois, como afirma Guimarães (2023, p. 119), “o acontecimento não se caracteriza por ser um fato no tempo, num certo lugar, mas por constituir uma temporalidade de sentidos (um passado, um presente, e um futuro)”. É nesse horizonte que a recusa à corrupção se inscreve como valor discursivo e não como simples declaração moral.

Desde a abertura — “Não tenho notícia de importância a lhe dar, salvo se entender falar de mim mesmo” — o dizer instaura uma cena enunciativa em que o acontecimento não se define pelo fato narrado, mas pela posição enunciativa assumida pelo locutor. Ao afirmar que falará de si, o enunciador se constitui como efeito de um agenciamento do acontecimento da enunciação que o autoriza a avaliar, julgar e orientar o sentido dos acontecimentos. Conforme Guimarães (2002), o sujeito não preexiste ao dizer, mas se produz no funcionamento da língua em condições históricas determinadas; é nesse sentido que a escolha enunciativa de tematizar a si mesmo funda o locutor como centro do discurso, responsável pela orientação ética da carta.

A sequência “tenho andado em saliência de certos dias para cá” marca o deslocamento do locutor do espaço do resguardo privado para o da exposição pública, efeito direto do acontecimento enunciativo que o convoca a falar. Esse deslocamento é semanticamente retomado e intensificado pela metáfora da “concha onde me accommodava”, cuja ruptura representa a perda forçada do abrigo discursivo. Assim, a exposição não se apresenta como escolha, mas como imposição produzida pelo acontecimento, configurando uma forma de violência simbólica que agencia o dizer como resposta a uma coerção.

O episódio narrado é qualificado como “o calculado enredo”, expressão que dramatiza a prática administrativa como trama ardilosa. Esse efeito de sentido é retomado e ampliado pela designação “presente grego”, que convoca uma memória discursiva de matriz clássica, reinscrevendo o acontecimento em uma cadeia histórica de sentidos associados à sedução enganosa, à traição e à ruína. Desse modo, o fato deixa de ser um episódio singular e passa a significar como manifestação de uma lógica de corrupção.

O ponto central da carta, do ponto de vista enunciativo, está na recusa reiterada: “Não aceitei a proposta. Não quiz, não quero, não quererei nunca entrar em tão torpe transacção.” A progressão verbal que articula passado, presente e futuro ultrapassa o instante da enunciação e projeta a recusa como princípio durável. Tal funcionamento pode ser descrito como procedimento de reescrituração, uma vez que, segundo Guimarães (2023), essa categoria envolve considerar, na descrição do enunciado, a forma como seus elementos se organizam internamente e se relacionam entre si e com o conjunto do texto.

Essa ética da permanência é reforçada pela declaração “Não quero favor de lei pessoal”, em que se instaura uma oposição semântica entre “lei” e “favor”. O favor, particular e arbitrário, é designado como desvio da legalidade; a lei, ao contrário, é evocada como princípio impessoal e universal. Ao recusar o favor disfarçado de legalidade, o enunciador denuncia um desvio ético institucional e se coloca como guardião simbólico da justiça.

O ápice semântico da carta ocorre na metáfora trágica: “como o Laocoonte, prefiro morrer com os filhos apertado nas roscas das serpentes de Tenedos”. A referência ao mito² não funciona como ornamento erudito, mas como operador de sentido: Laocoonte representa o sujeito punido por dizer a verdade. Ao se identificar com essa personagem, o locutor se inscreve em uma ética do heroísmo trágico, na qual a virtude não garante recompensa, mas sofrimento. A enunciação, nesse ponto, apresenta-se como efeito de um agenciamento histórico que autoriza e simultaneamente constrange o locutor a ocupar esse lugar de fala. A dignidade se constrói no próprio funcionamento da enunciação, pela articulação entre sofrimento e integridade. A oposição é intensificada pela figura de “Linon”, símbolo da sedução enganosa, cujas “falas” tentam persuadir. O conflito não é apenas administrativo, mas discursivo: trata-se de resistir a um regime de fala corruptor. Nesse sentido, o acontecimento enunciativo não apenas tematiza a corrupção, mas a desestabiliza simbolicamente ao reorganizar os valores que estruturam os lugares de fala institucionais.

O encerramento da carta, com o provérbio popular – “Quando o urubu é caipora, o que está pousado no galho de baixo esterca o que está sobre o ramo de cima” – produz um deslocamento semântico significativo. Após recorrer a referências clássicas, o locutor convoca a sabedoria popular, realizando um procedimento de articulação enunciativa entre regimes distintos de dizer. Essa justaposição produz um efeito de sentido específico, pelo qual a autoridade intelectual se constrói em relação com a linguagem e o imaginário popular. Enquanto designação, o provérbio não apenas ilustra a corrupção, mas a constitui simbolicamente como prática sistêmica, irradiada verticalmente pelas hierarquias institucionais.

² Na mitologia grega, Laocoonte é um sacerdote troiano que aparece na *Eneida*, de Virgílio, e também é mencionado na *Ilíada*, de Homero. Ele tentou alertar seus compatriotas a não aceitarem o cavalo de madeira oferecido pelos gregos, pressentindo que o presente traria a ruína da cidade. Sua advertência, porém, foi interpretada como um desafio aos deuses. Em punição, duas serpentes marinhas enviadas por Poseidon o atacaram e mataram, juntamente com seus dois filhos (Citaliarestauro, 2025).

4.2 A carta ao gênero: imprensa, honra e discurso do plágio

Na carta endereçada a Silva Viana, observa-se um deslocamento do eixo ético individual para o espaço público da imprensa, onde se instauram disputas em torno da honra intelectual e da legitimidade do dizer. Esse deslocamento evidencia a dimensão política da enunciação, compreendida não como tema, mas como “contradição que instala o conflito no centro do dizer” (Guimarães, 2023, p. 120). Oliveira Telles manifesta inquietação com o artigo publicado por Hunald Cardoso, redator-secretário do *Sergipe-Jornal*, sob o título *História de um plágio*. O episódio inscreve-se nas disputas de prestígio entre escritores e jornalistas locais, nas quais o plágio funcionava como acusação de desonra intelectual e instrumento de exclusão simbólica. Trata-se de um acontecimento discursivo no qual o sentido do “plágio” não preexiste aos fatos, mas se produz no modo como a acusação é formulada e posta em circulação.

Desde o início, o enunciador produz efeitos de fragilidade pessoal, ao se declarar “surpreendido”, “afflictivamente inquieto e incomodado”. Essas escolhas lexicais instauram um regime de sentido fundado na perturbação moral provocada pela acusação pública feita a Silva Viana. A inquietação expressa pelo locutor não deriva apenas do conteúdo do artigo, mas sobretudo da forma de sua circulação: “na primeira página”, “duas columnas”. Esses sintagmas funcionam como índices enunciativos da performatividade da imprensa, entendida como instância capaz de produzir verdade social, ampliar acusações e fixar sentidos no espaço público. O impacto do dizer decorre menos da comprovação da acusação e mais do espaço de enunciação em que ela se produz, já que é o acontecimento, e não o sujeito, que temporiza e organiza o sentido (Guimarães, 2002).

No eixo semântico do plágio, o recurso ao léxico – “crime”, “corpo de delicto”, “prova provada” e “denúncia” – opera como designação que eleva o episódio a um regime de julgamento moral e social. O plágio é construído como falta grave não por sua comprovação, mas por sua eficácia simbólica. É nesse quadro que a retificação “digo, da existência do plágio historiado” não opera como simples correção terminológica, mas como deslocamento do foco da acusação. Tal deslocamento não decorre de uma intenção estratégica do sujeito, mas do modo como o locutor é constituído na cena enunciativa, considerando, como salienta Guimarães (2023 p. 124), que “os falantes enquanto constituídos pelas relações dos espaços de enunciação, são agenciados a dizer, a enunciar. Este agenciamento constitui a cena enunciativa”. Assim, o dizer reorganiza o sentido do acontecimento, deslocando-o do fato para sua narrativa pública.

A crítica formulada por Oliveira Telles não se dirige apenas ao acusador, mas ao próprio modo de enunciar a acusação. Ao destacar a ausência da reprodução dos textos comparados, o locutor desautoriza semanticamente o discurso jornalístico, caracterizando-o como narrativa destituída de prova. A expressão “contar o conto do plágio sem corpo de delicto” condensa esse juízo, articulando léxico jurídico e registro coloquial. Essa articulação constitui um procedimento pelo qual domínios semânticos distintos são colocados em relação no acontecimento da enunciação, produzindo um efeito de sentido de rebaixamento do discurso adversário, aproximando-o do falatório e deslegitimando sua pretensão de verdade. Nesse ponto, torna-se relevante observar como o enunciador articula, de modo estratégico, registros linguísticos associados ao culto e ao coloquial. A carta não se organiza segundo uma oposição rígida, mas segundo um regime de alternância, no qual o léxico técnico convive com expressões de uso corrente.

Outro ponto relevante da enunciação reside na designação do texto jornalístico de Silva Viana acusado de plágio como “artigo banal de natalício”. Ao situá-lo na ordem de uma “pauta ou tarifa adulatoria e convencional”, o locutor desloca e relativiza semanticamente a noção de originalidade aplicada a esse gênero discursivo, caracterizado pela circulação rápida e pelo caráter protocolar. Esse movimento enunciativo funciona como um gesto de designação que redefine o lugar desse texto, e, com isso, enfraquece a própria acusação de plágio. Assim, ao mesmo tempo em que defende Silva Viana, Oliveira Telles produz uma reflexão implícita sobre regimes de autoria, valor simbólico dos textos e as formas de circulação e legitimação discursiva na imprensa local.

A carta constrói ainda uma oposição ética entre o sujeito honesto e o “meio de Aracaju”, descrito como espaço de “chaleiristas e adutores”. Essa generalização não é meramente retórica, mas estratégica: desloca o foco do indivíduo para o coletivo, evidenciando que o dano maior não reside na acusação em si, mas na recepção social do discurso. O termo “plagiário” não funciona como simples nomeação de um fato comprovado, mas se sustenta pela circulação do dizer no espaço enunciativo e pela ausência de uma resposta imediata de Viana – “até sua formal explicação”, o que confirma que o sentido se produz no acontecimento da enunciação e não fora dele (Guimarães, 2002). Nesse contexto, a carta a Silva Viana ultrapassa a condição de resposta a um episódio jornalístico e afirma-se como um ato de enunciação que disputa sentidos: do que é plágio, do que constitui honra intelectual e de quem detém autoridade para dizer a verdade no espaço público.

4.3 As duas cartas em contraste

A leitura contrastiva das duas cartas permite apreender não apenas a coerência da posição enunciativa de Oliveira Telles, mas também a sua capacidade de reconfiguração conforme o acontecimento discursivo. Embora se dirijam a destinatários distintos e respondam a situações de naturezas diversas, ambas se organizam a partir de um mesmo núcleo axiológico, produzido no acontecimento da enunciação: a defesa da honra, da ética e da legitimidade do dizer frente a instâncias de poder, sejam elas a administração pública ou a imprensa. Esse núcleo se configura como efeito de um agenciamento enunciativo recorrente que se reinscreve em diferentes cenas e orienta a produção de sentidos.

Na “Carta ao Almirante”, esse agenciamento se realiza prioritariamente pela ética da recusa. O acontecimento narrado, a tentativa de corrupção, é reconfigurado discursivamente como drama moral, no qual o locutor se constitui como instância de julgamento e resistência. Procedimentos de reescrituração, como a progressão temporal da recusa – “não quiz, não quero, não quererei” –, estabilizam semanticamente a integridade como valor permanente, enquanto a mobilização de referências eruditas e imagens trágicas inscreve o locutor em uma tradição ética na qual dizer a verdade implica sofrimento. O agenciamento produz, assim, um sujeito autorizado a falar a partir da constância moral, ainda que constrangido pelas condições históricas de enunciação.

Já na “Carta a Silva Vianna”, o agenciamento se desloca para o espaço público da imprensa e para a disputa pelos sentidos socialmente legitimados. O foco não recai sobre a recusa individual, mas sobre a violência simbólica produzida pela acusação de plágio e por sua circulação no jornal. Nesse caso, o acontecimento enunciativo não é o suposto crime, mas o modo de dizê-lo

e de fazê-lo circular. A retificação “digo, da existência do plágio historiado” opera como procedimento de reescrituração que desloca o eixo semântico do fato para a narrativa da acusação, desautorizando o discurso jornalístico como instância de produção de verdade.

Em ambas as cartas, a ética não se apresenta como conteúdo tematizado, mas como efeito do funcionamento enunciativo. Seja na recusa do “favor de lei pessoal”, seja na denúncia da acusação sem “corpo de delicto”, o que está em jogo é a disputa por regimes de legitimidade do dizer. A administração pública e a imprensa aparecem, cada qual a seu modo, como espaços de poder que produzem sentidos e distribuem valores, aos quais o enunciador responde reorganizando as posições enunciativas e os critérios de autoridade.

Outro ponto de convergência relevante reside na articulação entre registros linguísticos associados ao culto e ao coloquial. Nas duas cartas, referências eruditas convivem com expressões populares ou avaliativas, não como ornamento estilístico, mas como procedimento enunciativo. Essa alternância permite ao locutor circular por diferentes espaços de enunciação, produzindo efeitos de autoridade e de integridade moral ancorados na articulação entre erudição, senso moral e vínculo com a linguagem comum, o que reforça a legitimidade de seu dizer.

Desse modo, a escrita epistolar de Oliveira Telles configura-se como espaço de elaboração ética e crítica, no qual o sujeito se constitui no próprio acontecimento enunciativo. As cartas não se limitam a registrar circunstâncias, mas funcionam como atos de enunciação que disputam sentidos sobre corrupção, plágio, honra e legitimidade discursiva. É nessa dinâmica de agenciamento, articulação, reescrituração e designação que se inscreve a singularidade de sua posição enunciativa e a forma semântica de sua intervenção no espaço público.

5 Considerações finais

A análise das cartas de Manuel dos Passos de Oliveira Telles evidencia que sua escrita epistolar se constitui como espaço de elaboração discursiva ética e de disputa de sentidos. Longe de cumprir função meramente comunicativa, as cartas analisadas configuram-se como atos de enunciação historicamente situados, nos quais o locutor negocia valores, responde a constrangimentos institucionais e intervém simbolicamente no espaço social sergipano do início do século XX.

Sob a perspectiva da Semântica da Enunciação, mostrou-se que o sentido dessas correspondências não reside nos fatos narrados, mas no modo como o dizer se organiza no acontecimento enunciativo. Produzem-se efeitos de integridade, vigilância ética e responsabilidade discursiva como resultado dos procedimentos de articulação, reescrituração e designação mobilizados pelo locutor.

Na carta ao almirante, a ética da recusa se constrói como valor permanente, estabilizado no dizer por meio de metáforas trágicas e da articulação entre erudição e saber popular. Na carta ao genro, a ética se desloca para o campo da disputa simbólica, evidenciando o plágio como construção discursiva dotada de forte eficácia social.

A edição semidiplomática realizada neste estudo não se justifica apenas como etapa preparatória da análise semântico-enunciativa, mas afirma-se como um gesto filológico pleno, cujo alcance extrapola a dimensão analítica imediata. Ao preservar o estado de língua dos textos, a edição não apenas sustenta a interpretação dos efeitos de sentido, mas reafirma a Filologia como campo fundamental para a compreensão da historicidade da língua e dos discursos. Trata-se de um trabalho que envolve a recuperação, a preservação e a disponibili-

zação de um patrimônio textual, assegurando o acesso de gerações futuras a textos e práticas discursivas que, não raro, permanecem silenciados ou esquecidos debaixo do pó dos arquivos.

Por fim, o estudo reafirma a relevância do gênero epistolar como espaço de observação da linguagem enquanto prática social, histórica e situada, permitindo compreender como se produziram, no acontecimento da enunciação, os sentidos de honra intelectual, ética e legitimidade discursiva.

Referências

BRITO, S. *O tom confessional e autobiográfico na epistolografia de Machado de Assis*. Lisboa: Chiado Books, 2018.

CAMBRAIA, C. N. et al. Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português brasileiro. In: MEGALE, H., TOLEDO NETO, S. de A. (Orgs.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, p. 147-148, 2005.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHARTIER, R. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Luzmara Curcino Ferreira, (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CITALIARESTAURO. *Laocoonte e seus filhos – A beleza da tragédia*. Disponível em: <https://citaliarestauro.com/laocoonte-seus-filhos-beleza-da-tragedia/>. Acesso em 30 out. 2025.

COSTA, R. F.; BARBOSA, L. D. S. Fragmentos de si: construção da(s) identidade(s) e da memória do escritor Manuel dos Passos de Oliveira Telles na obra epistolar “Carta Íntimas e Literárias”. *Linha D’Água*: São Paulo, v. 37, n. 04, p. 92-111, out.-dez. 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linha-da-gua/article/view/225814/211589>. Acesso em 10 out. 2025.

COULMAS, F. *Escrita e sociedade*. Marcos Bagno (trad.). São Paulo: Parábola; 2014.

GUIMARÃES, E. Designação e Acontecimento. *Traços de Linguagem*, v. 3, n. 2, p. 97-103, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/4361/3709>. Acesso em 14 dez. 2025.

GUIMARÃES, E. Sobre teoria e método em semântica da enunciação. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 26, n. 51, p. 116-134, jan./jul., 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8671816/32205>. Acesso em 14 dez. 2025.

GUIMARÃES, E. *Análise de textos: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editoras RG, 2011.

GUIMARÃES, E. Enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219/4941>. Acesso em 14 dez. 2025.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: Um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas Epistolares*. Ligia Fonseca Ferreira (trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LEITE, M. Q. A carta pessoal: metodologia e análise. In: GIL, B. D., CARDOSO, E. A., CONDÉ, V. G. (Orgs.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, p. 115-134, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUHANA, A.F. O gênero epistolar: diálogo per absentiam. *Discurso*, n. 31, p. 329-345, 2000 . Disponível em: <https://revistas.usp.br/discurso/article/view/38043/40769>. Acesso em 26 out. 2025.

SILVA, J. Q. G. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal*: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. 2002. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/romulo/UM%20estudo%20sobre%20o%20g%C3%AAnero%20carta%20pessoal%20de%20JANE%20QUINTILIANO.pdf. Acesso em 26 out. 2025.

SOUZA, N. B. de. Semântica do acontecimento e agenciamento enunciativo: um exercício de análise. *Revista Investigações*, Recife, v. 32, n. 2, p. 87-103, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/240676>. Acesso em 14 dez. 2025.

SPINA, S. *Introdução à edótica*: crítica textual. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética; Edusp, 1994.

TOLEDO NETO, S. A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*, São Cristóvão (SE), v. 10, n. 20, p. 192–208, jan-jun/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/13959/10679>. Acesso em 29 out. 2025.